

ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Níkolás Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

De acordo com o Ato da Mesa n. 306, de 02 de junho de 2014, gostaríamos, neste momento, de apresentar, na pessoa do deputado Natalino Lázare, o colega parlamentar do Rio Grande do Sul que veio em missão para dialogar com a comissão de Agricultura, enfim, discutir políticas referentes a esse importante setor da nossa sociedade.

Então, peço que o deputado Natalino Lázare faça, neste momento, a apresentação do deputado.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Quero cumprimentar o sr. presidente deputado Padre Pedro Baldissera, a sra. deputada Luciane Carminatti, os deputados aqui presentes, senhores e senhoras,

telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital.

Gostaria de fazer dois registros, sr. presidente, o primeiro, do nosso partido, o Partido da República, para externar as mais efusivas congratulações à Presidenta da República, Dilma Rousseff, pela inauguração dessa valiosa ponte importantíssima, bonita e indispensável para o progresso do sul do Brasil, e não apenas para Santa Catarina.

Então, quero parabenizar o nosso PR, o nosso deputado Jorginho Mello e o deputado Mario Marcondes.

Mas queria apresentar aos ilustres parlamentares, mas não sem antes agradecer ao deputado Padre Pedro Baldissera pela deferência em permitir que este deputado faça a apresentação, o deputado Adolfo Brito, da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, que é presidente da comissão de Agricultura daquele Parlamento e qual veio trocar ideia conosco na comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa para tratarmos de assuntos em conjunto ligados a esse importante setor da atividade econômica: a agricultura e o agronegócio.

Então, se me permite, sr. presidente, gostaria de convidar o deputado Adolfo Brito para fazer a sua manifestação neste Parlamento. É uma honra ter um deputado da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Então, esta Casa, de acordo com o Ato da Mesa n. 306, concede a palavra ao deputado Adolfo Brito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADOLFO BRITO - Muito obrigado, presidente deputado Padre Pedro Baldissera, em seu nome gostaria de saudar todos os colegas deputados da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Estamos muito felizes por estar aqui e queremos agradecer a bela acolhida que tivemos hoje pela manhã. Fomos direto conversar com o nosso presidente da comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Natalino Lázare, em nome

e quem saúdo todos os deputados dizendo da importância de um legislativo como o de Santa Catarina, que qualifica a política pelo trabalho que aqui é desenvolvido.

Nós temos hoje uma missão que queria compartilhar com as senhoras deputadas, e saudando a deputada Luciane Carminatti quero saudar todas as mulheres deste Parlamento. Gostaria de compartilhar com vocês uma preocupação muito grande que temos no estado do Rio Grande do Sul e que diz respeito a 35% ou 40% do PIB do nosso estado. Refiro-me à agricultura, à pecuária e ao cooperativismo.

Estamos preocupados com essa situação que está ocorrendo no nosso estado há alguns anos. Nós viemos registrando a sistemática saída do jovem do interior para estudar, e depois não volta mais. E dentre as dificuldades que ele encontra, ao voltar, nós podemos dizer que está a questão da energia.

Na propriedade rural, hoje, cerca de 60% das redes, deputado Padre Pedro Baldissera, de distribuição de energia são monofásicas, redes com 30, 40 e até mais anos, redes com posteamento apodrecido, fiação que está ultrapassada, transformadores que não se pode mais colocar. Nas casas é impossível instalar um chuveiro, pois cai a rede. E como nós vamos manter o jovem que sai da cidade onde tem *internet*, e tem energia de excelente qualidade? Ele não vai mais fazer a agricultura que se fazia há 30 ou 40 anos! É preciso mais equipamentos.

Na região central do estado, na região de Santa Cruz, mais precisamente Sobradinho, onde temos as estufas de fumo, quando cai qualquer chuva e está-se secando uma fornada de fumo, cai a luz e pronto, foi-se a qualidade daquela fornada de fumo, que fica praticamente toda perdida.

Nós temos necessidade de expandir a bacia leiteira, é uma alternativa para a pequena propriedade rural, mas não temos energia.

Nós precisamos energia para aqueles produtores que trabalham com frangos, para os aviários, onde

seguidamente morre toda a produção quando falta luz, no verão, principalmente.

Então, para a irrigação temos enorme dificuldade. Muitos jovens gostariam de voltar ao interior para fazer hortifrutigranjeiros, mas sem energia ele não voltará.

Então, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, elaborou e discutiu num seminário, na última segunda-feira, no dia 06 de julho, com quase 800 pessoas presentes, a questão da energia e a qualidade que o Brasil precisa, inclusive com a presença da Aneel, do ministério do Desenvolvimento Agrário e do ministério de Minas e Energia.

Nós fizemos uma colocação que talvez muitos possam ficar pensando, mas achamos só uma forma de conseguir mudar isso, colegas deputados, que seria a participação na recuperação e na transformação de redes monofásicas para bifásicas ou trifásicas, para que o agricultor possa permanecer trabalhando.

Nós temos que reformar todas estas redes, mudá-las de monofásica para bifásica ou trifásica, e isso custaria, pelos levantamentos iniciais, mais de R\$ 1,5 bilhão. O que a comissão de Agricultura assumiu e veio aqui compartilhar com os colegas deputados é a possibilidade de fazermos um trabalho, quem sabe, conjunto.

Nós vamos precisar que a cada ano o governo federal, através da Conta de Desenvolvimento Energético - que é para onde são destinados recursos de consumidores -, use 50% para fazer esta transformação, de monofásica para bifásica ou trifásica. Trinta por cento dos recursos das empresas que hoje distribuem a energia no Rio Grande do Sul, a CEEE, que é estatal, a AES Sul e a RGE, e mais as empresas cooperativas que distribuem também energia no interior do estado. E que elas se propõem a participar com isso, porque elas têm um recurso já previsto na concessão, que é justamente para investimento.

E nós propomos também que o próprio produtor, aquele interessado em fazer com que a sua

propriedade possa continuar crescendo, gerando emprego e renda, possa participar também com 15% e o estado com 5%. Essa foi a proposta que nós apresentamos. Estamos trabalhando nessa situação.

Eu vim compartilhar com os colegas deputados aqui deste Parlamento a possibilidade de fazermos um trabalho junto, entre a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a comissão de Agricultura e também o estado de Santa Catarina. Deixamos esta proposta e a partir de agora vamos continuar trabalhando. Com certeza faremos reuniões entre as comissões para vermos como podemos evoluir nessa situação.

Então, vim dizer para vocês que a nossa preocupação é muito grande em relação à situação da energia distribuída em todo o interior do estado do Rio Grande do Sul. E pelo que conversamos com os deputados da comissão, vimos que Santa Catarina também não é muito diferente, apesar de que vocês ainda estão bem melhor que nós no que diz respeito à situação financeira do estado. O nosso estado está com enormes dificuldades, inclusive no mês passado não conseguiu cobrir a folha de pagamento dos funcionários. Temos solicitado empréstimos para a Assembleia Legislativa, para o Ministério Público e também para a Justiça. Falo isso para que v.exas. tenham uma ideia da situação que nós estamos vivendo no nosso estado.

Então, viemos compartilhar com vocês a possibilidade de fazermos um trabalho conjunto, presidente.

Quero dizer da alegria de poder estar aqui com vocês, trazendo a preocupação com a questão da distribuição de energia nas propriedades rurais.

Se não mantivermos os jovens produzindo, daqui a pouco não teremos mais ninguém no interior, ficarão apenas os velhinhos aposentados e nós não teremos mais produção nos municípios e com certeza nós teremos um reflexo muito grande no ICMS de cada estado. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. E vamos continuar trabalhando juntos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta Presidência agradece a presença do eminente deputado Adolfo Brito, do Rio Grande do Sul, atendendo a um convite do presidente da comissão de Agricultura desta Casa deputado Natalino Lázare que aborda um tema totalmente pertinente aos estados do sul do país.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Acho que o tema é muito importante. Alguns municípios, principalmente do extremo oeste, do planalto, têm ainda dificuldades na questão da qualidade da energia elétrica. Eu não sou engenheiro, sou advogado, mas conversando com os engenheiros da Celesc vi que os leigos têm sempre a ideia de que é preciso transformar tudo em trifásico, mas a questão não é essa, a questão é a qualidade da energia fornecida. Simplesmente, passando-se para o sistema trifásico, o agricultor, o empresário teria que mudar todo o seu equipamento, o seu maquinário para esse sistema.

Então, acho que é um assunto para ser debatido no sentido de que seja melhorada a qualidade da energia elétrica, seja no sistema bifásico ou na transformação para trifásico com uma qualidade que possa atender a demanda. Acho importante sua abordagem, parabênizo v.exa por aqui estar e colocamo-nos à disposição para esse debate a fim de que consigamos essa melhoria, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul.

O Sr. Deputado Adolfo Brito - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adolfo Brito.

O SR. DEPUTADO ADOLFO BRITO - Muito obrigado. Exatamente isso, deputado Maurício Eskudlark. Há redes monofásicas que são facilmente possíveis de condição, tendo carga suficiente para suprir a demanda, como é necessário para o sistema bifásico

ou trifásico, dependendo da demanda preestabelecida.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quero cumprimentá-lo e dizer que é importante esse trabalho integrado das Assembleias Legislativas. Hoje pela manhã falávamos sobre a proposta de alteração da emenda constitucional a partir das assembleias, que deveremos estar apresentado no início de agosto lá no Rio Grande do Sul, e tivemos a oportunidade de conversar com o presidente da Celesc, o sr. Cleverson Siewert que nos alertou da importância dessa questão.

Então, Santa Catarina está tratando dessa questão que, pela sua complexidade, precisa de aportes, de recursos federais. Nós precisamos trabalhar em conjunto. Inclusive sugeri que se fizesse um contato com o presidente da Celesc, que tem algumas ideias a respeito do assunto. Mas quero parabenizá-lo pela abordagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a participação do deputado Adolfo Brito do estado do Rio Grande do Sul que, se quiser continuar conosco o plenário está à disposição.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, a primeira oradora inscrita, a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão de toda a região do estado, pessoal de São Lourenço do Oeste que conhecemos. Sejam todos bem-vindos. Quero também cumprimentar o deputado Adolfo Brito, que representa a comissão de Agricultura do Rio Grande do Sul.

Permitam-me fazer a leitura de uma manifestação pela gravidade do assunto e pela necessidade de abordar esse tema.

(Passa a ler.)

"Hoje falarei nesta tribuna sobre a importância dos limites legais e da drástica consequência que é a ausência dos mesmos, principalmente numa sociedade democrática de direitos.

Falo do município de Dionísio Cerqueira um daqueles municípios que buscam da melhor maneira superar adversidades e que, nos últimos anos, prova do trabalho sério e competente da administração municipal, conquistou posição entre os 92 municípios brasileiros com os melhores desempenhos nos índices de evolução humana e social.

Nos últimos dois anos o município reduziu as desigualdades sociais e econômicas em 29%; o crescimento e desenvolvimento familiar foi de 42%; houve aumento de 22% nas ações de combate às drogas e 20% no desenvolvimento de ações com gestantes e com a terceira idade. Os dados são do ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do governo federal, baseado no senso do IBGE.

O município de Dionísio Cerqueira e seu povo batalhador são provas cabais de que com trabalho sério é possível ter resultados positivos, respeitando e desafiando seus próprios limites.

Tais exemplos de prosperidade e persistência nas conquistas de patamares cada vez melhores nas condições de vida de seu povo só foi possível com a busca permanente da total lisura e responsabilidade com a coisa pública.

Contudo, os elementos que traduzem as vitórias daquela cidade me parece ser justamente as que levaram a condução de uma desastrosa operação com o uso desproporcional e irresponsável de força policial no dia primeiro de julho.

A chamada Operação Última Hora, coordenada pela Polícia Civil, trouxe grandes prejuízos para a imagem do município e para a vida de pessoas honestas e que prestam relevantes serviços a Dionísio Cerqueira. Agora, trago o relato das informações sobre os procedimentos adotados naquela desastrosa operação.

No último dia 1º de julho de 2015, Dionísio Cerqueira foi surpreendido por um espetáculo promovido pela Polícia Civil que, utilizando do apoio das polícias de São Miguel d'Oeste, São José do Cedro, Anchieta, Mondaí, Descanso, Guaraciaba, São Lourenço do Oeste e, inclusive, utilizando o helicóptero de fronteira, prendeu quatro servidores públicos, todos eles com residência fixa em Dionísio Cerqueira, de conduta ilibada e que prontamente já estavam contribuindo com a investigação.

Os servidores que foram injustamente presos nunca se negaram a prestar depoimento, fato comprovado, pois, voluntariamente, alguns já haviam sido ouvidos antes da operação, prestando todas as informações solicitadas.

No dia 16 de junho, através do Ofício, de gabinete do prefeito, n. 0037/2015, em resposta ao expediente encaminhado pelo delegado Eduardo Mattos, foram encaminhadas todas as informações solicitadas, bem como, os gestores se colocaram à disposição para o que fosse necessário.

As prisões e a referida operação teve apenas como base depoimentos de ex-servidores que haviam sido demitidos por terem ocupado cargos de confiança ou por terem sido contratados emergencialmente após reprovarem em concurso público e que foram exonerados, demonstrando claramente um possível descontentamento com a atual administração.

Mesmo correndo em sigilo de Justiça, a operação estranhamente já era de conhecimento de algumas figuras públicas e, curiosamente, de jornalistas ligados à *Rede Globo* de televisão, que acompanharam desde as primeiras horas a operação, sendo que a sucursal mais próxima de uma das afiliadas deste canal fica a 180km de Dionísio Cerqueira.

Em entrevista ao jornal *Diário Catarinense*, do dia 1º de julho o delegado Eduardo Mattos disse que haveria o pagamento indevido de horas extras num montante que poderia chegar, deputado Dalmo Claro, a R\$ 6 milhões pagos para 20 servidores municipais sem nenhuma base material que

justificasse esses números, mesmo assim, em nota enviada à imprensa, o delegado reiterou as informações.

Contestando os números apresentados pelo delegado, a administração municipal, após levantamento no departamento de RH, confirmou que os pagamentos de horas extras foram feitos de forma legal, sendo que nos últimos seis anos e meio, de 2010-2015, período em que a atual administração liderada pelo prefeito Altair Rittes, governa o município, foram pagos em média R\$ 42 mil reais mensais para cerca de 130 trabalhadores dos serviços gerais, operadores de máquinas, motoristas, técnicos de enfermagens e enfermeiros, odontólogos, bioquímicos, por terem trabalhado além da sua carga horária. Eles receberam, em média, R\$ 323,00 a mais no salário. É ridícula essa operação. Em seis anos e meio a prefeitura pagou no total R\$ 3,4 milhões, bem diferente dos R\$ 6 milhões de 20 servidores anunciados pelo Fantástico no último domingo.

No mesmo jornal, a promotora Ana Laura Omizzollo disse que há casos até de servidores que receberam horas extras em período de férias.

Consulta realizada pela administração ao departamento de RH também comprova que nunca houve pagamento de horas extras para servidores em gozo de férias, para servidores em cargo de confiança ou para apadrinhados políticos, exemplo disso é que no hospital municipal todos os técnicos de enfermagem e enfermeiros recebiam horas extras. Sem que houvesse provas, a promotora considera, baseada em suposições, que laranjas repassariam valores para comissionados.

Os servidores permaneceram detidos por cinco dias, sendo que apenas um deles sequer foi ouvido em depoimento, reforçando a tese da desnecessária e injusta detenção dos mesmos, que foram retirados de suas famílias para serem tratados como criminosos, além de serem levados para unidades prisionais fora do município, sendo que uma das servidoras se recuperava de uma cirurgia recente. Um dos presos teve que voltar para fazer parte de um teatro e ter seu rosto exposto em rede

nacional. Pediram para que ele voltasse para ser filmado e preso naquele momento.

Diante de toda essa controvérsia da polícia está claro que o município é o principal prejudicado. A maior dor da população de Dionísio Cerqueira é ver a cidade em rede nacional diante de um espetáculo para promover interesses. Quem mora em Dionísio Cerqueira sabe que nunca uma administração esteve tão comprometida com o município. É preciso deixar o prefeito e sua equipe trabalharem para continuar melhorando a vida das pessoas. E deixo aqui algumas perguntas. As perguntas que eu deixo: a quem interessa esta espetacular operação? Quem autorizou o uso indevido desproporcional de toda aquela estrutura de viaturas, de policiais e do helicóptero da Polícia Civil? Quem vai reparar os danos à imagem da cidade e ao povo de Dionísio caso se comprove que tudo isso não tem nenhum procedimento, como bem falou o nosso prefeito e documentou ao delegado? Quem vai reparar os danos à imagem de servidores honestos e trabalhadores que estão dedicando suas vidas em favor da cidade?

Nossa solidariedade ao prefeito, à equipe de servidores e a toda população de Dionísio Cerqueira.”

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Sr. presidente, sra. deputada, soube desse fato também pelo *Fantástico*. Penso que tudo isso deve ser averiguado adequadamente, deve ser investigado, mas realmente surpreendeu-me as prisões, que achei desnecessárias pelo tipo de investigação, principalmente pelo sensacionalismo que esse tipo de matéria causa. Não há julgamento e ninguém foi condenado ainda. Não há inquérito concluído, aparentemente. Se essas pessoas, e não vou entrar no mérito, forem inocentadas, elas já estão, perante a opinião pública, condenadas para sempre, provavelmente com danos severos a sua imagem e da sua família. E não sei se alguma pessoa dessas

terá condições de continuar morando em um município pequeno numa situação dessas.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Com mais de 30 anos de atividades policiais me solidarizo nessa manifestação.

O agente público, principalmente o da Justiça, tem que cuidar muito com o direito da pessoa, com a imagem da pessoa. E nestas prisões você ligava para as pessoas irem à delegacia, e até parece que elas já tinham ido.

Então, quero registrar que realmente foi um uso desproporcional, feito para efeito de televisão. Talvez tenha sido fruto da inexperiência do delegado, que dizem, é novo em sua carreira. Temos que ter muito cuidado! Nos meus 30 anos de atividade, para pedir uma prisão, tinha que ser fundamentado, porque você pré-condena a pessoa. E aquele aparato se faz para prender uma quadrilha de assaltantes de banco.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Como Fernandinho Beira Mar, deputado Maurício Eskudkark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Exatamente!

Nós queremos que tudo isso seja apurado e, se houve algum dolo, que sejam todos punidos, mas nós concordamos que houve excesso. E pelo que sei o prefeito está no 4º mandato, sempre demonstrando zelo com a administração pública.

Então, sendo policial, conhecendo a dedicação da nossa classe e a busca pela Justiça, penso que nesse caso houve, realmente, um excesso.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, agradeço muito a manifestação dos deputados Dalmo Claro e Maurício Eskudlark. É esse mesmo o sentido, se houve dolo, a Justiça vai julgar, mas não de forma circense, com teatro.

Mas trago minha solidariedade a todos os municípios atingidos pela tempestade de granizo, pela enchente em toda a região oeste, aos municípios com problemas nas rodovias, nas pontes,

alagamentos. O município de Chapecó está incluído nisso e já estamos tratando de tudo junto à Casa Civil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, gostaria, de forma sucinta, de trazer a esta tribuna alguns assuntos que julgo de extrema importância e fazer referência a todos os trabalhadores e trabalhadoras que representam os nossos hospitais e que hoje estão presentes neste Plenário participando desta luta incansável e muito digna que muitas e muitas vezes não tem retorno, tanto em nível federal quanto estadual, também dos municípios, pela dimensão e importância desse trabalho em todos os nossos hospitais do interior do nosso estado. Por isso, quero parabenizá-los e dizer que estamos juntos nesta luta e nesta caminhada.

Mas quero apenas fazer o registro, e o deputado Natalino Lázare já o fez no início do seu pronunciamento, que no dia de amanhã, a nossa presidente Dilma Rousseff estará fazendo a inauguração, talvez, da obra mais importante no estado de Santa Catarina, que é Ponte Anita Garibaldi, na cidade de Laguna, pela extensão, pelos investimentos e, acima de tudo, pela importância ao estado. Trata-se de duas obras muito importantes para toda a região sul do nosso país, tanto o túnel quanto a ponte de Laguna.

E faço mais dois registros. Primeiramente gostaria de agradecer ao governo do estado pela sanção do projeto de lei que de uma forma ou de outra vai fazer a identificação do Aquífero Guarani em nosso estado através de placas demarcando toda a região e, ao mesmo tempo, realçando a questão turística, o desenvolvimento daquela região, mas, acima de tudo, enfatizando o cuidado que temos que ter com o Aquífero Guarani,

porque sob o solo catarinense detemos hoje mais de 50% dessa grande e importante reserva subterrânea de água doce. Também o cuidado que devemos ter nessa região, no sul do nosso estado, ou seja, no planalto norte, na divisa com Paraná e Rio Grande do Sul, onde esse percurso todo aflora. O governo do estado sancionou o projeto de lei que demarca toda essa região.

E outra questão importante e que vamos votar na tarde de hoje é o nosso Projeto de Lei n. 0561/2013, que trata da criação, da implantação de uma política específica da questão da Mesorregião do oeste catarinense no que diz respeito à bacia leiteira. Hoje temos concentrado naquela região mais de 70% da produção de leite, uma atividade expressiva e extremamente inclusiva. Por isso, esse projeto de lei tenta atacar alguns gargalos que historicamente já vem sendo feito o enfrentamento através da nossa agricultura familiar, da nossa agricultura camponesa.

Por fim, gostaria de dizer que na manhã de hoje, deputado Neodi Saretta, estivemos reunidos através da comissão de Participação Legislativa, presidida pelo deputado Cesar Valduga, onde estiveram presentes os deputados Neodi Saretta, Gean Loureiro e Manoel Mota para discutir a temática que envolve o Plano de Política de Recursos Hídricos no estado de Santa Catarina. Uma pauta extremamente estratégica, importantíssima, porque trata de um dos mais significativos bens, que são os recursos hídricos.

Nesta reunião fizemos alguns encaminhamentos, entre eles, uma reunião com o secretário Carlos Chiodini, da secretaria do Desenvolvimento Sustentável, para debater alguns assuntos como, por exemplo, a construção do Plano de Política Estadual de Recursos Hídricos; a questão da gestão dos comitês hidrográficos de nossas bacias, que são 16 ao todo, em todo o nosso estado de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, um pouco a estrutura da secretaria de Desenvolvimento Sustentável, que está à disposição para fazer esse debate, essa discussão. E, ao mesmo tempo, também acompanhar a construção do plano e a execução de várias ações

que terão os seus desdobramentos no dia a dia da vida e da atuação dos nossos comitês de bacias hidrográficas.

Por fim, deputado Neodi Saretta, vivemos uma situação extremamente dramática e triste em toda essa nossa grande região do oeste e do meio-oeste do nosso estado com essa enxurrada que tem causado grandes transtornos, problemas para inúmeros moradores de toda a ordem que possamos imaginar.

Então, queremos aqui também estar solidários com todo esse povo que está vivendo esse momento dramático, triste, difícil devido às grandes cheias que tem pegado de surpresa todo esse nosso povo.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não! Com certeza v.exa. tem várias manifestações nesse campo, haja vista que Concórdia, vosso município, tem sofrido enormemente com isso também.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, vou aproveitar a bondade do aparte que v.exa me concede, pois hoje está difícil de conseguir inscrição pelo número de deputados, mas gostaria de dizer que realmente essa situação que v.exa. aborda é muito crítica. Estamos com problemas com esse excesso de chuvas e chamando a atenção da Defesa Civil do estado. Hoje pela manhã tive a oportunidade de falar diretamente com o secretário Nelson Serpa, mas quero pedir a atenção de todos os órgãos.

Nós estamos acompanhando a situação das chuvas que atingem várias cidades principalmente do oeste e meio-oeste do estado. Muitos municípios estão com ruas alagadas, estradas interditadas, pontes derrubadas, residências destruídas. Estamos numa situação crítica! Nós temos nos municípios de Maravilha, Chapecó, Concórdia, Seara, Xaxim, São Miguel d'Oeste, Itá, Lindóia do Sul, Capinzal, os maiores volumes de chuvas.

Deputado Padre Pedro Baldissera, então é essa a situação de municípios com quedas de barreiras em diversas rodovias no oeste e meio-oeste do

estado. Temos pontos de alagamentos em inúmeras cidades da região, temos moradores que já foram retirados de suas casas.

Então, são inúmeros os problemas, sr. presidente e srs. deputados, que está ocasionando essa grande quantidade de chuva que caiu, principalmente, na madrugada e na manhã.

Para se ter uma ideia, Concórdia tem uma barragem de contenção de águas e existe um estudo de tempo de recorrência de 50 a 100 anos para que ela possa encher com chuvas dessa natureza, mas ficou totalmente cheia, inclusive passou por cima, transbordou, obviamente que o local onde foi construída já é para isso.

Então, queria somar-me a isso e fazer um apelo para que todos os órgãos, para que a Defesa Civil, o governo do estado voltem todas as ações para essa região que está extremamente abalada, sentida e prejudicada por essas grandes chuvas.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Neodi Saretta, pela manifestação e a incorporo à nossa manifestação na tarde de hoje.

Gostaria fazer novamente a menção da importância desse debate que estamos fazendo com relação ao Plano Estadual de Política de Recursos Hídricos.

Tivemos, em algumas regiões, estiagem, seca, que afeta e trazem enormes problemas, e cheias, enfim, um conturbado clima que deve levar a uma grande preocupação de cada um e de cada uma de nós. E dentro disso, lembrar, já fiz menção aqui na tribuna também, de que o papa Francisco foi feliz quando trouxe a encíclica que trata da questão da ecologia e, portanto, da nossa relação de forma integral com o planeta.

Acho que esses são os desafios para todos nós cidadãos e cidadãs, mas, acima de tudo, para nós, a classe política.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. Quero cumprimentar os senhores e as senhoras, em nome do sr. Hilário Dalmann que é o presidente da Fehoesc, Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do estado de Santa Catarina, e que certamente usará da palavra, na tarde de hoje, em nome de todos os senhores e senhoras nesta Casa.

Faço aqui algumas reflexões, como presidente da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina possui 182 hospitais, sendo a maioria de pequeno porte. Acompanhamos o movimento dos hospitais catarinenses que pleiteiam mais recursos para garantia, inclusive da sobrevivência dos mesmos.

Temos realizado aqui um esforço coletivo na comissão de Saúde, inclusive tivemos reunião nessa manhã para tratar de um projeto encaminhado pelo governo do estado que é o Investsaúde que aprovamos na comissão de Saúde e, certamente, votaremos no dia amanhã em plenário.

A comissão de Saúde visa construir uma política de incentivo hospitalar que seja proporcional a todos, aos de grande porte e, principalmente, por meio de um tratamento diferenciado aos hospitais de pequeno porte que não foram contemplados nas redes de atenção à saúde e por que não vocacioná-los? É uma alternativa, inclusive para receber mais recursos.

A comissão de Saúde, a partir do dia 7 de agosto, iniciando pela macrorregião norte e nordeste, a pedido do deputado Dalmo Claro, realizará no município de Joinville, uma audiência pública visando estabelecer quais os benefícios ocorridos com os investimentos nas redes de atenção e o levantamento dos entraves que estão ocorrendo, para que os recursos aplicados cheguem de fato à melhoria de serviços prestados à nossa comunidade.

Somente neste ano, senhoras e senhores, para a assistência hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade, conforme Portaria n. 463 do ministério da Saúde, Santa Catarina receberá R\$ 1,288 bilhão. Um aumento de cerca de 30%, comparado ao do ano passado.

Para onde estão indo estes investimentos? Mais de R\$ 300 milhões este ano. Segundo o ministro da Saúde, Arthur Chioro, o ministério da Saúde não pode repassar recursos financeiros diretamente aos estabelecimentos de Saúde integrantes da rede do SUS, pois a atribuição é do gestor a qual a unidade prestadora dos serviços está vinculada. O repasse, então, é fundo a fundo. Ou seja, os recursos são repassados ao Fundo Estadual de Saúde e aos Fundos Municipais de Saúde quando em gestão plena.

Compete, então, aos gestores do Sistema Único de Saúde contratar, habilitar, estabelecer e monitorar o programa físico-financeiro, bem como também autorizar, aprovar e processar a produção dos serviços realizados e efetuar o pagamento aos estabelecimentos de Saúde e aos prestadores do Sistema Único de Saúde que se encontram sob sua gestão.

Os repasses financeiros, senhoras e senhores, por meio do Fundo Nacional de Saúde, encontram-se em dia, e levam em consideração fatores como a adesão aos programas federais, como Saúde da Família, a Rede Cegonha, a Rede de Urgência e Emergência, o Samu, além de outros. Esses estão em dia.

Mas, também, sabemos que a metade desses recursos novos estão indo para os hospitais públicos estaduais. Sabemos também que o estado tem interpretado os incentivos federais das redes como pagamento extrateto efetuado pelos prestadores, desvirtuando assim as portarias ministeriais que constituíram as redes de atenção básica, o que nós consideramos uma ilegalidade, e vamos debater nesta Casa.

Além disso, também, para esclarecimento, historicamente o estado de Santa Catarina não cumpre os 12% constitucionais de investimentos na

área da Saúde, não são dados meus. Segundo o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, o Siops, o estado ocupa o 19º lugar no *ranking* dos estados brasileiros em investimento em Saúde.

Ou seja, o estado de Santa Catarina cumpre 11,44% do Orçamento, não chega a 12, conforme determina a nossa Constituição. Aí estão contabilizados, por exemplo, os recursos do Seitec e do Fundo Social, que deixaram, infelizmente, do ano 2005 ao ano 2014, de repassar mais de R\$ 60 milhões à Saúde do povo catarinense.

Junta-se a isso, os recursos que os senhores devem ter conhecimento, e os deputados desta Casa, que juntamente comigo também votaram, os recursos do Revigorar, aprovado por unanimidade nesta Casa, para serem repassados como um *plus* a nossa Saúde, e que até hoje não há prestação de contas, sabendo-se que somente no primeiro mês foram arrecadados mais de R\$ 130 milhões, e que nós, da comissão de Saúde, já fizemos um pedido de informação ao governo do estado de Santa Catarina.

Para agravar a situação dos hospitais, eles ainda não receberam da secretaria de estado da Saúde os valores referentes às cirurgias eletivas realizadas em dezembro do ano de 2014, março e abril deste ano, e os repasses do incentivo estadual não são pagos desde o mês de janeiro, e os senhores e as senhoras também sabem disso. O estado de Santa Catarina precisa fazer o dever de casa."

Para isso também a comissão de Saúde desta Casa pediu esclarecimento à secretaria de estado da Saúde.

(Continua lendo.)

"Ou seja, nós estamos aqui todos unidos na luta por mais recursos para a saúde pública de todos os brasileiros, de todas as brasileiras, e infelizmente discursos políticos vazios, discursos políticos eleitoreiros, derrotaram no Congresso Nacional a CPMF para a Saúde, e foram retirados cerca R\$ 50 bilhões da saúde pública, e infelizmente eram recursos que estavam sendo relocados para a Saúde.

Em relação à tabela do Sistema Único de Saúde, do seu congelamento, é preciso registrar que o ministério da Saúde não vê como a única forma de financiamento e de custeio, e os valores fora da tabela já somam, senhoras e senhores, 40% dos R\$ 15 bilhões do governo federal destinados aos hospitais filantrópicos.

Isso precisa ser contabilizado. De 2010 para cá o aumento de recursos federais são 210%, é muito recurso.

Desta forma, srs. deputados, qualquer análise de recursos federais para a Saúde deve considerar que o financiamento está migrando para outras formas globais de pagamentos a gestores e prestadores de serviço. Sabemos que o SUS, juntamente com outros parlamentares desta Casa, que há, desde o ano de 1990, um subfinanciamento. Mas nós também sabemos que no caso de Santa Catarina o mesmo parece de gestão. É preciso que se invista maciçamente numa atenção básica resolutiva, com qualidade para evitar os gargalos, despesas desnecessárias na média e também na alta complexidade hospitalar.

Quero aqui registrar que a comissão de Saúde desta Casa Legislativa, assim como os nossos gabinetes, está à disposição para contribuirmos nos encaminhamentos, que se fazem necessário, visando principalmente o vocacionamento dos hospitais à resolução das dívidas do estado com os hospitais e na luta por mais recursos para a saúde pública brasileira.

Também vale aqui registrar, srs. deputados, que nós temos que fazer esse debate. Começamos com a região norte e nordeste de Santa Catarina, no próximo dia 7 de agosto, depois no vale do Itajaí, a região sul e a região oeste do estado, para podermos esclarecer e também buscar quais as dúvidas dos senhores e senhoras e principalmente a vocação dos hospitais de pequeno porte que contribuem muito para o atendimento da nossa população.

Eu moro numa região no vale do Itajaí, na cidade de Blumenau, e aqui eu quero saudar o Juliano Petters do Hospital Santa Isabel também

representante do Hospital Misericórdia, do Hospital Santo Antônio, onde há uma demanda muito grande, mas nós também sabemos que temos muitos hospitais de pequeno porte que podem atender essa demanda que não conseguimos atender nos maiores hospitais da minha cidade. E que os municípios vizinhos, a exemplo do município de Pomerode, de Timbó, de Indaial e de Gaspar, podem atender essa preocupação e também atender muito bem a nossa população.

Então, sejam todos muito bem-vindos. Essa Casa é uma Casa de Leis, mais aqui nós também temos que ouvir a demanda dos senhores e das senhoras."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu agradeço a deputada pela manifestação e quero aqui, neste momento, cumprimentar o presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina, na pessoa do sr. Hilário Dalmann. Todos os abnegados, funcionários, que através do voluntariado fazem um grande serviço em favor de toda Santa Catarina, nessa área dos hospitais.

Então, sejam todos muito bem-vindos aqui na Casa do Povo de Santa Catarina.

Também, gostaria de fazer o registro e cumprimentar o secretário Acir Veiga, da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Santa Catarina, a Fetaesc.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Apenas para citar a presença do dr. Tércio Egon Paulo Kasten, que representa Fehoesc, juntamente com o Hilário Dalmann que vai apresentar toda a questão da campanha Acesso à Saúde, Meu Direito é um Dever do Governo, logo mais aqui neste plenário e também o Dario Clair Staczuk, que representa a Ahesc e a Fehoesc, da mesma forma cumprimentar a irmã

Terezinha Buss do Hospital São José de Criciúma, nossas irmãs do hospital Nossa Senhora da Conceição que aqui estão presentes. Quero dar as boas-vindas e nos irmanarmos nessa grande luta que não deveria ser dos hospitais e, sim, de todo o povo brasileiro, para que a saúde tivesse um tratamento e uma remuneração digna.

Esse é o caminho e vamos ouvir hoje, aqui, o presidente da Fehoesc, Dário Staczuk, que falará sobre essa questão.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente quero cumprimentar, primeiramente, em nome do provedor do Hospital de Caridade, Luiz Mário Machado, todos os profissionais e colaboradores da Saúde de Santa Catarina. Quero cumprimentar também o promotor Luciano Naschenweng, o promotor Thiago Carriço e o vereador de Fraiburgo, Claudio Antônio Padilha, o Bazuca.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário reservado ao Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PPS, PR, PSB.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco da Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra agora, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Níkolás Reis, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente gostaria de esclarecer esses boatos que transitavam de que o PDT poderia sair do governo federal. Mas a bancada federal, os senadores, os deputados federais e os presidentes dos partidos de todos os estados da federação acabaram de reafirmar por unanimidade que o PDT é governo e, portanto, o ministro Manoel Dias é mais ministro do que nunca. Essa notícia deixou-nos felizes

porque apagou essa história que estavam maldosamente colocando na imprensa.

E, na quinta-feira passada, acompanhei o prefeito Jandir Bellini, vereadores e autoridades do município de Itajaí na reunião do fórum catarinense que reúne nossos deputados federais e senadores, cuja pauta era exatamente os problemas por que passa o complexo portuário de Itajaí, especialmente o porto público de Itajaí e a sua competição com a Portonave que fica em Navegantes.

Recentemente, Itajaí perdeu uma linha que representa 60% da sua operação portuária, e isso terá num breve espaço de tempo um impacto importante na receita do município, o que é extremamente preocupante. Desse fato, deflagraram-se essas agendas, no sentido de solicitar tanto à SEP - Secretaria Especial de Portos -, quanto à Antaq, enquanto poder concedente e poder regulador, que possam baixar uma normativa que defina a situação peculiar por que passa o Porto de Itajaí e os terminais privados, tanto em Navegantes quanto na montante do rio. Ou seja, o novo marco regulatório dos portos definiu que é possível que existam terminais de uso privado e que podem competir com os portos públicos, mas no caso de Itajaí há um terminal privado dentro da área de porto público, e para isso não há uma regulação.

Há também o fato de que no caso do nosso porto público, que é arrendado por um privado, o contrato de municipalização entre o governo federal e o município de Itajaí vence num período bastante curto. Isso inibe com que o privado, que hoje ocupa o porto público, possa fazer investimentos nesse período, recuperá-los e gerar lucro. Essa questão é bastante importante e a prorrogação da municipalização também é algo determinante.

Então, saindo dessa reunião do fórum que definiu algumas agendas para esta semana, dirigi-me ao gabinete do ministro Manoel Dias onde fui recebido muito cordialmente por ele, que é uma das suas características, recebeu também representantes do sindicato dos estivares, dos

conferentes e dos arrumadores, preocupados com seus subsídios mensais, e ficou definido que o ministro iria acertar uma agenda com o ministro da secretaria Especial de Portos, de modo que os trabalhadores pudessem levar até ele suas reivindicações.

Saí dali e fui ao Palácio do Planalto para que o porto de Itajaí e todo o nosso complexo permaneça competitivo é absolutamente necessário que façamos investimentos em retroárea portuária e que definitivamente terminemos a via portuária, que é uma via de acesso começando na BR-101 e termina no porto, sendo que a primeira etapa foi definida, faltando a segunda e terceira. Assim, é importante que o governo federal disponibilize servidores, chame por concurso ou remova servidores tanto da Anvisa quanto da Receita Federal para agilizar a liberação de cargas e aí para atender não apenas o nosso porto público, mas todo o complexo portuário de Itajaí.

Portanto, saí com o compromisso, tanto em relação à via portuária como em relação aos servidores da Anvisa, de receber respostas em breve.

Por fim, tratamos da questão da Bacia de Evolução, uma obra determinante do nosso desenvolvimento. O governo do estado já firmou convênio, já licitou o projeto executivo e vai aportar os recursos que são necessários para iniciar a obra. Mas, do governo federal nós também precisamos de recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Níkolás Reis.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria apenas de deixar registrado que na semana passada não tivemos sessão aqui por conta do segundo roteiro do Orçamento Regionalizado, que

tive a grata satisfação de ter tido a missão de presidir boa parte deles, somente não no final, quando o deputado Darci de Matos presidiu na última sexta-feira.

Mas, entendo que seria importante passarmos alguns dados. Na semana passada visitamos, nada mais nada menos, que 102 municípios, falamos com 1.117 lideranças desses municípios e trouxemos para a LOA 39 prioridades e para o PPA/2016, 156 prioridades.

Então, esse é um papel muito interessante que a Assembleia Legislativa faz com o Orçamento Regionalizado.

Por isso gostaria de deixar feito esse registro que acho de extrema importância e dizer que na primeira semana de agosto faremos Araranguá, Criciúma, Laguna e Tubarão, encerrando todas as regiões para que nós possamos preparar o PPA 2016-2019 e a Lei de Orçamento Anual 2016.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Realmente, são atividades de extrema importância, pois a Assembleia vai à base para ouvir a comunidade, no que tange à questão das prioridades, dos investimentos dos recursos públicos do estado de Santa Catarina.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, em nome de quem cumprimento todos os srs. deputados. Também cumprimento o sr. Hilário Dalmann, da Fehosc; o Sr. Tércio Egon Paulo Kasten, da Fehoesc; e também o Sr. Dario Clair Staczuk, da Ahesc. E em nome do nosso particular amigo Altamiro Bittencourt cumprimento todos os nossos amigos dirigentes de hospitais que aqui estão, nesta tarde, prestigiando e participando desta sessão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pois aqui nós temos

representantes de seis milhões e 500 mil catarinenses.

Por isso quero dar as boas-vindas a todos. É bom tê-los aqui. Vocês fazem parte da campanha, deputado Silvio Dreveck, Acesso à Saúde - Meu Direito é um Dever do Governo.

Essas lideranças que aqui estão vivenciam no seu dia a dia, na rotina, uma situação cada vez mais crítica com a falta de repasses, tanto do governo federal quanto do estadual, além da grande defasagem da tabela SUS e do pagamento dos serviços prestados pelos hospitais filantrópicos e comunitários de Santa Catarina.

Por isso nós queremos que os nossos deputados estaduais procurem atentar para essa situação dos hospitais de Santa Catarina e também para o sistema filantrópico do estado que é responsável, sozinho, pelo atendimento de 70% de toda a demanda SUS.

Vivemos há três anos uma campanha que buscava reajustar a tabela do SUS, que infelizmente está adormecida, tanto no ministério da Saúde, que não ouve o clamor das instituições de saúde deste país, como também na Câmara dos Deputados através do Projeto de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular n. 321 que objetiva fazer com que o governo federal aplique pelo menos 10% da sua receita em Saúde. Mesmo assim o Congresso Nacional pouco tem feito para colocar essa emenda em votação, que é de iniciativa popular com mais de dois milhões de assinaturas em todo o Brasil, mas que não foi suficiente ainda para sensibilizar os nossos 513 deputados federais para a situação dos nossos hospitais.

Em Santa Catarina, por exemplo, os hospitais ainda não receberam integralmente os valores das cirurgias eletivas realizadas em março deste ano e os repasses do incentivo estadual não são pagos desde janeiro, agravando ainda mais a situação dos nossos hospitais.

A dívida supera, hoje, de todas as instituições, dos hospitais filantrópicos, comunitários, santas casas, a casa, deputado Mauro de Nadal, de R\$ 200 milhões. V.Exa. conhece muito

bem a situação dos hospitais de Santa Catarina e principalmente dos pequenos hospitais filantrópicos que atendem o grande oeste catarinense, que hoje possui dívida com a Celesc, com fornecedores, trabalhistas e não conseguem sair disso porque quanto mais doentes eles atendem, deputado Dr. Vicente Caropreso, maior é o prejuízo do hospital. Olha só a lógica invertida: quanto mais paciente o hospital atende, maior é a sua dívida no final do mês. E nós ouvimos discursos e vemos propaganda na televisão que vamos melhorar o atendimento na Saúde. Por essa ótica nós vemos um buraco negro logo ali na frente em que a saúde brasileira já está mergulhada e se aprofunda a cada dia mais.

Por isso, os hospitais do Brasil inteiro se uniram em uma grande campanha para tentar sensibilizar os governos e a sociedade brasileira.

Infelizmente, apenas lembramo-nos da saúde quando ela nos falta, de outra forma, os hospitais hoje seriam as instituições mais bem aquinhoadas com recursos financeiros neste país.

Vou citar alguns dados. Nós temos aqui na Assembleia Legislativa vários projetos de iniciativa de deputados desta Casa que buscam, a exemplo dos projetos federais que já citei, fazer a nossa parte, ou seja, isentar os hospitais filantrópicos de Santa Catarina do pagamento de taxas, do pagamento de ICMS da conta de energia, da compra de equipamentos. Temos projetos nesta Casa que estão tramitando nas comissões, mas que na hora de serem aprovados são vetados.

Nós precisamos do apoio de todos para sensibilizar o governo. Não é justo que ao comprarmos uma geladeira, deputado João Amin, a pessoa seja isenta do IPI, mas quando o hospital compra equipamento de raios-x pague 40% de impostos para atender SUS numa tabela defasada.

Alguma coisa está errada! Não é lógica essa situação por que passa o sistema de saúde.

Nós temos projetos aqui que isentam de pagamentos de taxas, de ICMS, que estão tramitando, que buscam sensibilizar o governador,

mas que, na verdade, teriam de ser de autoria do Poder Executivo.

Nós temos projetos que foram criados, como o Projeto Revigorar, para ajudar no custeio dos hospitais, mas que acabou sendo desviado para outros fins em tempo passado, mas que poderia voltar agora, que poderiam ser reeditados para trazer mais recursos para o sistema filantrópico. Também poderia ser criada uma política estadual que apoiasse os nossos hospitais, que desse custeio aos hospitais. Nós sabemos que hoje o grande gargalo não é mais a instalação, não é o prédio, mas o custeio. Falta o dinheiro para pagar a conta do mercado, para pagar a conta do dia a dia, para pagar a manutenção dos hospitais.

Em Santa Catarina temos um projeto de incentivo que desde 2013 não é reajustado, e que hoje reajusta apenas 10% dos valores, mas no estado do Rio Grande do Sul vamos ver que os pequenos hospitais gaúchos recebem esse mesmo índice no valor de 100% da tabela SUS, ou seja, se o hospital faturou R\$ 20 mil no mês, pelo SUS recebe mais R\$ 20 mil do governo do estado como índice de incentivo pelos serviços prestados, e nós aqui não conseguimos até agora sensibilizar as autoridades estaduais para priorizarem esse projeto que é de grande valia para a manutenção dos nossos hospitais, repito, são os hospitais responsáveis pelo atendimento de 70% de todo o sul do nosso estado.

Nós deveríamos aplicar aqui uma política de auxílio complementar à tabela do SUS, mas isso deveria ser iniciativa da secretaria da Saúde ou do governo do estado, complementando a tabela do SUS com um valor mais justo e dando condições para os hospitais funcionarem.

Eu estive, na última quarta-feira, acompanhando o secretário João Paulo Kleinübing, em vários hospitais do sul do estado, e lá no município de Turvo, o presidente do Hospital São Sebastião, Renato Luiz Manenti, falou para o secretário o seguinte: "Sr. secretário, se recebêssemos uma remuneração justa pela tabela do SUS o senhor não precisaria estar aqui hoje e nem

nós precisaríamos estar entregando esse ofício pedindo dinheiro." Basta pagar um valor justo pelos serviços prestados!

Então, vejam, é uma coisa que parece simples, mas que é difícil de acontecer, o presidente de uma entidade, que é filantrópica, que faz trabalho comunitário, pedir para que os serviços sejam pagos de maneira justa.

Por isso, srs. e sras. a presença de todos vocês neste Plenário hoje é mais do que justa, o movimento Acesso à Saúde - Meu Direito é um Dever do Governo, é mais do que justo e necessário. Nós precisamos chacoalhar este país para mudar o sistema. Temos que participar, sair de casa, sair de dentro dos hospitais e ir para a rua protestar, mostrar a nossa face, mostrar a nossa cara para mudarmos o sistema.

Por isso, estão todos de parabéns e nossos cumprimentos pela presença de todos vocês na tarde de hoje neste Plenário.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Muito obrigado pelo aparte, deputado José Milton Scheffer, e poderíamos até chama-lo de dr. José Milton Scheffer. Eu saúdo todo o pessoal desse grande movimento dos hospitais filantrópicos que estão presentes hoje nesta Casa, e digo, caríssimo deputado José Milton Scheffer, parabéns pela iniciativa, parabéns aos dirigentes hospitalares também. Eu ainda convivo muito com os hospitais de Jaraguá do Sul, que incentivei muito, fui diretor clínico do Hospital e Maternidade Jaraguá por quatro anos e sei muito bem do que estamos falando.

Hoje tivemos um debate forte na comissão de Saúde a respeito de um projeto de interesse dos hospitais. Agora, está escamoteada no meio de tudo a omissão do governo federal com relação ao não reajuste da tabela do SUS. É um disparate termos que arranjar empréstimo para os hospitais para

pagar o rombo criado pelo governo federal pela omissão.

E eu pergunto: Entra-se com tantas ações judiciais, mas não se entra com uma ação judicial, dentro do Ministério Público ou da própria Justiça Federal, para acabar com essa indecência, com essa situação criminosa que obriga os hospitais filantrópicos a atender, mas colocam um pesado legado negativo contra essas instituições que só persistem abertas devido ao amor, ao carinho de muitos empresários e da população, que está pagando pesado para manter um tratamento decente.

E nós agradecemos! Nós agradecemos porque sem eles 70% das pessoas do Sistema SUS não teriam o tratamento digno que hoje vem recebendo Santa Catarina.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Dr. Vicente Caropreso.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado José Milton Scheffer, gostaria de parabenizar v.exa. que tem sido um guerreiro na defesa dos hospitais aqui do estado. Nós somos testemunhas, acompanhamos seu trabalho.

Eu recebi, nesta semana, um telefonema do sr. Francisco, presidente da Sociedade Hospitalar de São José do Cedro, dizendo: "Maurício, estamos pedindo socorro." E, ele naquele desespero, citou um paciente que ficou internado e recebeu todo o atendimento, quatro refeições, e que a indenização do SUS seria em torno de R\$ 11,00. É um absurdo! Não dá para admitir isso.

Então, como falou o deputado Dr. Vicente Caropreso, o governo federal tem que rever isso. Nós apoiamos esse movimento e acompanhamos o trabalho que v.exa., deputado José Milton Scheffer, tem feito em defesa dos hospitais. Conte conosco e vamos trabalhar juntos porque essa situação tem que mudar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Cleiton Salvaro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Cleiton Salvaro - Quero aqui parabenizá-lo pelo seu discurso, v.exa. já está se tornando mesmo um doutor na Saúde.

Quero parabenizar todos os diretores dos hospitais mandar um forte abraço ao sr. Altamiro Bittencourt, que é referência no nosso hospital, lá no sul, no Hospital São José. Parabenizo também todas as irmãs guerreiras e batalhadoras de todo o nosso estado e do Brasil pelo trabalho que desenvolvem na saúde.

Acho que é isso que precisamos fazer. Precisamo-nos unir, abraçarmos juntos essa causa, irmos às ruas e lutar pela saúde, que é o básico e que todo cidadão tem o direito.

Parabéns pelo discurso, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Cleiton Salvaro, quero agradecer e encerrar nossas palavras dando as boas-vindas e cumprimentando cada um e cada uma de vocês. É dessa forma que vamos conseguir mudar a realidade do Sistema Público de Saúde deste país.

Os hospitais estão abertos pela força, abnegação, dedicação e amor, e também, deputado Padre Pedro Baldissera, pela mão e pela benção de Deus. Muito mais por isso, do que pelo apoio e pela organização da nossa sociedade que não valoriza os que trabalham de maneira gratuita pela saúde de todos.

Muito obrigado, sejam todos muito bem-vindos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado José Milton Scheffer, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, inúmeras vezes vim à tribuna para cobrar do governo a Rodovia SC-414, que liga Navegantes a Luís Alves. E o jornalista Luiz Carlos Novaes, o Tigrão, por diversas vezes nos ligou e já fez reclamação através da sua emissora, do seu programa. Quero, hoje, dizer que a indicação que fizemos está sendo atendida. Quantas vezes critiquei aqui o governo? Hoje vim aqui para agradecer porque eles estão reformando, dando nova vida àquela rodovia que vai até Luís Alves. É uma reivindicação muito antiga dos prefeitos, dos vereadores, dos transeuntes, de toda a sociedade.

Então, cumprimento o governador por ter atendido a nossa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Na mesma esteira do eminente deputado Leonel Pavan, gostaria de fazer esse registro por parte do diretor-geral do Deinfra, que esteve lá no município de Luís Alves, juntamente com a empresa vencedora do certame licitatório e junto com a Câmara Municipal de Vereadores, com o prefeito municipal e, graças a Deus, retomaram aquele trabalho.

Graças a Deus!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Depois de um ano, graças a Deus, retomaram, então, a SC-414.

Sr. presidente, srs. deputados, também gostaria de registrar neste momento a presença nesta sessão ordinária dos alunos da 19ª Edição do Parlamento Jovem, que é um projeto de nossa autoria, com atividades intensas. São alunos oriundos de várias escolas do nosso estado.

Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa!

Quero também saudar o aluno João Victor Rodrigues de Oliveira que foi eleito presidente da 19ª Legislatura do Parlamento Jovem, e é aluno da Escola de Educação Básica Adolfo José Martins, no

município de Bom Jardim da Serra e, em nome dele, saúdo todos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Gean Loureiro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, inicialmente quero trazer o abraço a todos os dirigentes de hospitais filantrópicos e santas casas que participam da nossa sessão, de maneira especial, aos dirigentes do Hospital de Caridade que estão aqui em grande número, uma das referências e talvez um hospital de grande importância. O que seria dos sistemas de saúde da nossa região e do estado se o Hospital de Caridade não estivesse dando suporte a todos que precisam.

É óbvio que na questão da saúde estamos discutindo os repasses do governo federal, do governo do estado, e há de se avaliar também os municípios. Em muitos casos, os municípios já reduziram em 25% o investimento que tinham na área da Saúde, não sei se por falta de prioridade ou pela situação econômica em que se encontram, mas em muitos casos, não passaram a ter prioridade na saúde. E nesta Casa Legislativa, não falo apenas por mim, acredito que por todos os deputados, cada um na sua região há uma luta permanente porque conhecem a realidade dos hospitais que dão suporte e que atendem a sua região e a necessidade de um apoio maior.

Por isso, contem com a Assembleia Legislativa nessa luta que não é fácil, mas que estamos juntos para ter dias melhores. A sociedade agradece o atendimento à saúde mais qualificado em todas as regiões de Santa Catarina.

Sr. presidente, quero trazer um relato em especial aqui aos deputados da região de Itajaí, Balneário Camboriú e Penha, Leonel Pavan e Nícolas Reis, sobre a conquista que Santa Catarina, que o Brasil teve com o Parque Beto Carrero World.

Ele foi, nesta semana, eleito um dos dez melhores parques temáticos do mundo e o melhor da América do Sul pelo *site TripAdvisor*. Foi escolhido por aqueles que utilizam a maior referência a todos os turistas do mundo. Há de se falar que esse investimento projeta Santa Catarina para todo o Brasil e para todo o mundo. Se compararmos dos 25 parques temáticos eleitos pelo *TripAdvisor*, 16 são norte-americanos, e muitos conhecem aqui, com a região de Orlando, que é uma referência mundial.

E há de se registrar que o Parque Beto Carrero World ficou na frente do *SeaWorld Orlando*, reconhecido mundialmente, do *Epcot Center*, do *Disney's Animal Kingdom*, da Disney, do *Busch Gardens*, numa referência de reconhecimento que faz impulsionar o turismo catarinense e brasileiro.

Pensamos que, muitas vezes, ter um parque no município de Penha, com uma estrutura lá localizada não faz com que Santa Catarina se projete e não apenas a rede hoteleira, porque muitos vêm a Florianópolis, ficam em Florianópolis para visitar o Parque Beto Carrero World.

Muitos vão para Blumenau e Balneário Camboriú para visitar o parque e isso é referência para uma política de incentivo. E v.exa., que já foi vice-governador e governador, deputado Leonel Pavan, e também é um defensor do turismo, sabe que o estado tem a necessidade efetiva, como no entendimento do ministro do Turismo, que falou nesta Casa, o ex-presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que queria que os ministros da Fazenda e secretários de Fazenda entendessem que o recurso investido no Turismo não é despesa, é investimento e retorna muito mais forte para o estado em arrecadação, em projeção, na verdadeira imagem que o estado e o Brasil precisam.

Então, hoje eu participei também da reunião do Conselho Estadual do Turismo, que foi recém-empossado, no qual o secretário de Turismo de Blumenau, Ricardo Stodieck, reassumiu as funções na presidência do Conselho Estadual de Turismo, lá representado por todas as regiões turísticas de Santa Catarina. E firmamos o convite para, no

final de agosto início de setembro, estarem junto da comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, apresentando as demandas, definindo fóruns de discussões naquilo que o apoio político institucional, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que participa da comissão, como o deputado João Amin, como o deputado Neodi Saretta, que já presidiu a comissão de Turismo, o deputado Valduga, precisa para todas as regiões de Santa Catarina.

Lá, tinham representações de Dionísio Cerqueira, do meio-oeste catarinense, da região do Vale do Itajaí, do sul do estado, do norte do estado, da Grande Florianópolis, que na verdade é a representação mais legítima do turismo, e foram representados segmentos do *trade* turístico, do setor de turismo, as cidades, as universidades, ou seja, é o fórum mais habilitado para a definição das políticas públicas de turismo no nosso estado.

E a nossa comissão, a qual tenho orgulho de presidir juntamente com os demais colegas que dela participam, obviamente que tem que utilizar este instrumento que apoia o governo do estado, que também faz parte da estrutura, porque lá eles também têm uma matrícula e participam do estado, deputado Kennedy Nunes, podendo estar junto conosco, na definição das ações, apoiando o governo do estado, mas também cobrando do governo do estado e definindo legislações mais avançadas do setor turístico, e também ações mais avançadas.

Nós sabemos que hoje ele já representa mais de 10% do PIB catarinense. A geração de empregos representa um universo de quase 600 mil empregos ligados diretamente ao setor, e nós, aqui não falo apenas das cidades litorâneas, falo de todas as regiões de Santa Catarina, deputado Fernando Coruja, v.exa. que representa Lages e a região serrana, que cresce cada vez mais no turismo de inverno, de eventos, não só no turismo, mas em diversas áreas. Nós, obviamente, temos que estar unidos conhecendo cada vez mais as potencialidades do estado para melhor realizar as ações nesta Casa Legislativa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Gean Loureiro, não poderia ficar calado diante de um tema tão importante, e gostaria de fazer dois registros.

O primeiro registro é de que foi um projeto de lei de minha autoria, garantindo na formação do Conselho de Turismo a representatividade das dez regiões turísticas. Até então era por nomeação. Às vezes, as cidades litorâneas, e principalmente Blumenau que tem o *Oktoberfest*, e aqui, Florianópolis, que tem belezas de praia, ficavam com mais representantes do que outras regiões. Com isso, todas as regiões, como v.exa. falou, estão representadas no Conselho.

Em segundo lugar, eu que viajo muito pelo Brasil por conta do grupo que faço parte, toco harpa e com isso viajamos, neste final de semana passei em Vitória, no Espírito Santo, e as pessoas, ao saberem que eu era de Santa Catarina, falavam que tinham o sonho de conhecer o Beto Carrero World.

E fico pensando, nós que temos a facilidade de estar aqui no Beto Carreiro, porque é nosso, não valorizamos o tanto que as pessoas que moram fora valorizam.

E fico feliz em saber que o nosso parque Beto Carrero fica na frente de parques que fazem parte da tão propagada rede de parques de diversões da Disney, em Orlando, no estado da Flórida, nos Estados Unidos.

Parabéns a toda família Beto Carrero! Ou seja, o Beto Carrero se foi, mas não ficou somente o Alazão, ficou essa coisa bonita hoje tocada por seu filho. Quero parabenizar toda a família Beto Carrero dizendo que é um orgulho tê-los aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Faço um depoimento, porque o sr. Beto Carrero participa do Conselho Estadual de Turismo. A estrutura da diretoria acredita, e o falecido Beto Carrero

também acreditava, que o turismo pode verdadeiramente mudar. Sei que o Alex, filho do Beto Carrero, já profissionalizou todo esse trabalho, mas continua a família se dedicando cada vez mais a esse trabalho.

O Sr. Deputado Níkolás Reis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Níkolás Reis - Queria parabenizá-lo por esse pronunciamento. V.Exa. conseguiu adjetivar bem o que é o Parque Beto Carrero World e o que ele representa para toda a economia na nossa região, e não apenas para o setor hoteleiro, pois há uma cadeia de negócios, de empregos que estão diretamente ligados ao parque que beneficiam, não apenas o município de Penha, mas Navegantes, Itajaí e toda a nossa grande região.

Quero aproveitar para fazer um registro. Disseram-me que o deputado Leonel Pavan já apresentou uma indicação nesse sentido, ou seja, que a TransBeto, que é a rodovia que liga a BR-101 até o parque, que na verdade faz também a ligação até o município de Penha, está com a sua sinalização extremamente prejudicada, sem iluminação, etc. Isso certamente atrapalha o turismo e atrapalha as pessoas que vivem lá. Então, faço o registro sobre a importância de o governo do estado fazer investimentos naquela rodovia, pois afinal o Beto Carrero é um patrimônio do estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Agradeço o aparte de v.exa. e só para informar, estive na semana passada na cerimônia de posse do Conselho Estadual do Turismo, onde foi feito um pedido expresso para que eu, na condição de presidente da comissão de Turismo, pudesse oficializar, nós já realizamos isso, ao Deifra a melhora na sinalização e na iluminação que tinha e foi totalmente destruída. Ele é um portal de entrada do estado de Santa Catarina diante das milhares de pessoas que visitam aquele parque temático, que é reconhecido mundialmente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela condução da comissão de Turismo, pela forma como tem participado de todos os eventos em nível estadual e até federal. O deputado Níkolás Reis se posicionou bem a respeito daquela rodovia, a TransBeto, cuja fiação foi furtada para ser trocada por crack. Isso já faz muito tempo e está na hora daquela rodovia estar nas condições ideais.

Quero parabenizar toda a administração do Beto Carrero pela forma zelosa com que trabalham. Isso engrandece Santa Catarina. Esse é realmente um parque que muito nos orgulha. Estamos juntos nessa luta, pois o parque merece o reconhecimento. Parabéns pelo trabalho que v.exa. está fazendo.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. é um dos baluartes do turismo de Santa Catarina, independentemente da função que exercia e que exerce sabemos da sua importância e do seu trabalho para o desenvolvimento do turismo de Santa Catarina e conseqüentemente do Brasil.

Quero dizer que na época do ex-governador Luiz Henrique, quando fui vice-governador e depois governador, nossos conselhos de turismo funcionavam e eram exigentes, pois eles pleiteavam e cobravam e, quando não atendíamos, eles exigiam um direcionamento melhor ao turismo.

Mas já que estão falando em Parque Beto Carrero, permitam-me relembrar um pouco de certas coisas. Eu e o Beto Carrero, por diversas vezes, empinamos cavalos na Avenida Atlântida. Ele com o seu cavalo Faisca e eu com o meu cavalo Chupim. O meu era preto e o dele era branco. Todo sábado fazíamos isso. Era grande amigo!

A última foto do Beto Carrero em público foi com este deputado, em Pomerode, na Festa Pomerana, quando lhe entreguei um tucano. Depois,

encontramo-nos na Penha, quando ficou adoentado, foi para São Paulo e veio a falecer.

Nesta Casa, já fiz diversos pronunciamentos sobre a Transbeto. E digo que nem o herói Beto Carrero com seu destemido cavalo Faísca teria coragem de passar hoje pela Transbeto. Aquela rodovia deveria ser colocada como atração de aventura no parque Beto Carrero, tamanho o perigo que apresenta. Enquanto fui governador, aquela rodovia era limpa, iluminada e recebia milhares de turistas e por eles era elogiada. Falta neste momento atenção do governo. Há poucos parabenizei o governo pela rodovia em Luís Alves, mas lamentavelmente agora recorro ao governo por mais sensibilidade com o turista de Santa Catarina e com a rodovia TransBeto. Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Acredito que o papel deste poder é unir forças. Acho que temos que ir juntos ao Deinfra, definir quando a obra será realizada, os investimentos necessários e como realizá-la. Nosso papel efetivo é auxiliar e trazer resultados.

Finalizo, informando que amanhã na comissão de Turismo e Meio Ambiente, às 11h, será apresentado o projeto do primeiro jardim botânico que segue as normas da Associação Nacional de Jardins Botânicos do Brasil, que será feito no município de São José. O superintendente estará apresentando o projeto realizado numa parceria com a J. A. Construções, do Davi Corrêa de Souza, com a visão de um empresário que acredita numa política sustentável de meio ambiente em parceria com o poder público. Estarão realizando o primeiro Jardim Botânico de Santa Catarina que será inaugurado já no mês de agosto. Convido os membros da comissão e todos para participarem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Gostaria de registrar a presença neste Poder da vereadora do PP de Urubici, Mariza Costa, que também é presidente da União dos Vereadores da Região Serrana, que está aqui participando da campanha Acesso à Saúde - Meu Direito é um Dever do Governo, juntamente com o empresário Júlio de Luca, do hospital São Donato, de Içara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de citar a presença neste plenário da minha filha Mariana de Matos, que nos visita com seu noivo, o Gabriel. Agradeço a presença, bem como das demais autoridades que acompanham esta sessão.

Quem bom termos a presença dos participantes do Parlamento Jovem nesta sessão para que possam presenciar a triste e vergonhosa realidade que vivem os hospitais deste estado, lamentavelmente.

Estivemos há poucos dias numa reunião de mobilização dos hospitais filantrópicos em Joinville que contou com a presença do dr. Hilário Dalmann e do dr. Tércio Egon Paulo Kasten, que são os dois grandes líderes dessas instituições neste estado. E nessa reunião surgiu a ideia da presença dos representantes dos hospitais aqui para poderem falar da realidade desses.

E eu inicio, sr. presidente, dizendo que somos a Capital Nacional do Voluntariado e o exemplo, deputado Dalmo Claro, a essência do voluntariado está presente nesta sessão. Pessoas como, por exemplo, a irmã Terezinha Buss, e centenas de outros que fazem as coisas acontecerem, que salvam vidas, que trabalham pela comunidade desinteressadamente, com o coração, com sentimento, com espírito de cidadania. Por isso, que vocês que estão aqui, nesta tarde, na absoluta maioria voluntários, que não recebem, que não ganham financeiramente para realizar os seus trabalhos, mas ganham muito mais, que é o

reconhecimento, a satisfação, o prazer de ajudar as pessoas, porque se não fosse esse o objetivo, as nossas vidas não teriam sentidos.

Por isso, eu quero usar a frase do Hilário Dalmann: "Quem avisa amigo é!" E o Hilário Dalmann acabou de me dizer ali informalmente, deputado Dalmo Claro, que eles estão avisando o Parlamento e a sociedade catarinense que se nós não conseguirmos buscar um aporte de recursos, seja no estado ou no governo federal, não saberemos se os hospitais estarão com as portas abertas até o final do ano.

Portanto, deputados Antônio Aguiar e José Milton Scheffer, temos um papel relevante neste momento porque 70% dos leitos de Santa Catarina vêm dos hospitais filantrópicos e das santas casas.

Nós sabemos que, talvez aí resida alguma divergência, deputado Ana Paula Lima, que é natural e salutar para o Parlamento, mas a correção da tabela do SUS é urgente. Os hospitais não conseguem sobreviver se a diária de UTI custa R\$ 1.500,00 e o SUS renumera em R\$ 500,00; se uma consulta recebe a renumeração de R\$ 10,00; se uma cesariana custa R\$ 600,00 e o SUS renumera R\$ 300,00. Não há como sobreviver, essa conta não fecha. Ninguém consegue fazer milagre. Vocês conseguem fazer gestão, isso sim, mas milagre não. Essa é a grande verdade.

E aí nós podemos ver uma luz no fim do túnel com a criação do Investsaúde, que inicialmente vai alojar recursos do BNDES para obras, mas futuramente poderemos alojar outras fontes de recursos nesse fundo para manter os mutirões e, sobretudo, repassarmos recursos para os hospitais filantrópicos de Santa Catarina.

E quero aqui, sr. presidente, dar uma sugestão. Nós estamos tratando de recursos dos poderes, de sobras de recursos, enfim, desse assunto que, queiramos ou não, está em pauta. A Assembleia Legislativa nos últimos anos sempre devolveu aquilo que sobrou, que nós economizamos para Fundo 100 do governo do estado. Começou com o deputado Gelson Merisio, no ano passado, depois

com o deputado Romildo Titon, parece-me, foi devolvido R\$ 70 milhões ao caixa do governo. Isso tem que ser dito. Isso tem que ser enaltecido. As coisas boas que são feitas aqui no Parlamento Catarinense devem ser ditas, porque esse é um gesto racional, inteligente, sensível. Ora, se economizamos, se não usamos, vamos devolver ao governo para investir em estradas, em saúde, em educação e, sobretudo, nos hospitais.

Neste ano, pela conversa com o presidente Gelson Merisio, teremos condições de devolver aproximadamente R\$ 60 milhões para o Fundo 100 do governo.

E por que não abirmos um debate, deputado Dalmo Claro, da possibilidade de parte desse recurso ou, quem sabe, a totalidade desse recurso, ser repassado para os hospitais filantrópicos de Santa Catarina?

(Palmas)

Não estamos aqui fazendo média com ninguém porque não é do meu feitio. Mas poderemos abrir esse diálogo com a Presidência da Assembleia Legislativa e, fundamentalmente, com o governador João Raimundo Colombo, que sempre teve em suas ações, nos seus discursos e no seu dia a dia, a saúde como a prioridade das prioridades. Se vamos devolver esses recursos quem sabe possamos constituir aqui, através da comissão de Saúde, deputado Antônio Aguiar, esse diálogo, esse debate, essa discussão, e disponibilizarmos esses recursos no final do ano para socorrer os hospitais que, de outra forma, poderão fechar suas portas, como aconteceu com dezenas de hospitais filantrópicos nos últimos anos.

Passo a palavra ao deputado Dalmo Claro dizendo que este é um momento importante. Os srs. e as sras. deputadas poderiam estar nos hospitais trabalhando, atendendo, salvando vidas, mas vieram do interior do estado e estão aqui para dizer aos parlamentares catarinenses o seguinte: "Precisamos da ajuda do Parlamento Catarinense."

Podem ter certeza de que terão a nossa ajuda e sempre terão o nosso apoio, porque a saúde, os hospitais filantrópicos sempre estiveram como

prioridade absoluta no Parlamento Catarinense e para cada deputado individualmente, com certeza, absoluta.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Cumprimento o presidente, o deputado Darci de Matos e a todos os representantes dos hospitais de Santa Catarina aqui presentes nas pessoas dos seus presidentes, das suas entidades Tércio Egon Paulo Kasten, Hilário Dalmann e Dario Clair Staczuk.

Eu gostaria de parabenizar o deputado Darci de Matos. Nós estivemos há 15 dias em uma reunião que foi promovida pelas associações dos hospitais de Joinville, em que o deputado Darci deu a ideia de virem aqui os representantes dos hospitais para fazer esta fala e esta manifestação em defesa dos hospitais.

Eu já tinha dito aqui em outras oportunidades, inclusive naquela semana em que vários avisos tinham sido dados, vários pedidos de socorro tinham sido feitos pelos hospitais filantrópicos catarinenses.

Infelizmente, não foi dada a solução necessária através de uma remuneração justa.

Eu sempre escutei na secretaria e escuto até hoje, e muitos dizem: "Bom, eles reclamam, reclamam, e sempre reclamaram, mas estão lá funcionando, atendendo." Como se o reclame não fosse verdadeiro, como se fosse apenas um vício da categoria.

Na questão dos hospitais filantrópicos a realidade é perversa. Em uma empresa comum, se o indivíduo está produzindo um produto e está vendendo por menos o seu preço, ele encerra a atividade. Ele reduz a produção, para de produzir e fecha a empresa. O hospital não consegue fazer isso. Os hospitais estão fazendo sacrifícios de continuar atendendo com prejuízo para não deixar a população das suas cidades e suas regiões sem atendimento, mas tudo tem um limite e é isso que o deputado Darci de Matos está alertando.

Eu gostaria até, como encaminhamento, e vou propor na comissão de Saúde junto com a nossa presidente, que façamos uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa para tratarmos especificamente desse assunto em que nós teremos ai, sim, uma oportunidade deputado Darci de Matos, com margem de dar tempo à manifestação das entidades e dos diretores dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, audiência essa em que teremos a presença do secretário de Saúde, João Paulo Kleinübing e dos demais superintendentes e diretores da secretaria de estado da Saúde.

Muito obrigado!

(Palmas)

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço o aparte.

Quero saudar também todos os representantes dos hospitais aqui presentes.

Nós vivemos uma crise. E no setor saúde fundamentalmente a crise é falta de dinheiro, é falta de financiamento. Há um subfinanciamento, podemos dizer, por parte dos governos federal, estadual e municipal. Isso porque as necessidades do povo são muitas. Podemos fazer uma lista de necessidades, que são imensas. Não é porque falta dinheiro, mas porque há prioridades. Se a saúde é a prioridade das prioridades, eu acho que é saúde e educação, aí precisamos colocar mais dinheiro. É evidente.

Como é que vamos colocar mais dinheiro? A resposta tem que estar no ponto de vista prático como se colocar mais dinheiro.

O deputado Romildo Titon quando foi presidente desta Casa devolveu o dinheiro que sobrou, eu não sei se foi para os hospitais. Agora, existe a emenda constitucional do deputado Antônio Aguiar que propõe essa vinculação, e devemos votar a favor da devolução obrigatória.

A segunda questão é que estamos trabalhando com uma emenda constitucional para a Constituição

Estadual via Câmara de Vereadores e queremos pedir apoio para que as Câmaras de Vereadores realmente mandem essa emenda que seria para ampliar de 12% para 15% o gasto do estado com Saúde, e nós precisamos fiscalizar para que realmente esse dinheiro venha para a Saúde, porque o problema é básico e realmente precisa-se de mais dinheiro para a Saúde.

Todo mundo defende a saúde, e eu nunca vi nenhum político não defender a área da Saúde, e todos os políticos dizem a mesma coisa que essa área é prioridade, mas precisamos demonstrar isso na prática colocando mais dinheiro nesta área. E para se colocar mais dinheiro temos que retirar de algum lugar. É preciso ampliar o gasto com saúde, é preciso colocar sobra vinculada, é preciso o governo colocar mais dinheiro, definir as prioridades. Saúde e educação são prioridades, por isso, precisamos sacrificar outras coisas.

(Palmas)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, sr. presidente e deputado Darci de Matos. Eu quero fazer alguns esclarecimentos. É muito fácil culpar o governo federal, que também tem parcela de culpa, mas este Parlamento, deputado Darci de Matos, já votou a favor de vários recursos para a área da Saúde, que não foram pagos, inclusive o estado está devendo para os hospitais filantrópicos. Depois votamos o Projeto Revigorar, mas até o momento não foram repassados para a saúde os R\$ 240 milhões.

Então, este Parlamento tem que cobrar do governador esses investimentos que devem ser repassados para a Saúde. Nós votamos. É lei! A lei foi aprovada por unanimidade e até o momento não recebemos nenhuma explicação por que esses recursos não foram repassados para a área da Saúde.

Outra coisa, o estado de Santa Catarina não cumpre o percentual de 12% de investimentos que devem ser aplicados na área da Saúde. Então, temos

que cobrar do governo federal e esclarecer o fato a essas pessoas que fazem um excelente trabalho de excelência para a nossa comunidade. Quero registrar que também precisamos fazer esses esclarecimentos. Vamos acatar a sugestão do deputado Dalmo Claro e fazer uma audiência pública para que o secretário da Saúde venha fazer esclarecimentos necessários para todos, não individualmente, pois todos precisam estar conscientes e informados dos recursos do estado para a saúde.

Muito obrigada!

(Palmas)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu quero saudar o presidente, deputado Aldo Schneider, o deputado Darci de Matos, os deputados presentes, e dizer que temos sim nas mãos a PEC que faz com que os hospitais filantrópicos recebam as sobras da receita da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas. Eu solicito ao sr. presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Mauro de Nadal, que amanhã, às 11h, na reunião, coloque esse projeto em votação na referida comissão para serem feitas as diligências, pois já expirou o prazo regimental de 15 dias e acho que seria um grande avanço, um grande prêmio para os hospitais se votarmos amanhã, pela manhã, esta importante PEC dos hospitais filantrópicos para que, na parte da tarde a matéria venha a Plenário.

É muito importante que seja aprovada esta PEC, que está parada. É uma resposta que temos que dar aos hospitais filantrópicos e temos que fazer isso amanhã. Esta é a minha sugestão, sr. presidente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Em consideração ao número de mandatos que v.exa. já teve nesta Casa jamais se poderia negar um minuto para a sua manifestação, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero saudar o sr. presidente, todos os deputados, o meu amigo deputado Darci de Matos, que estão levantando essa questão tão importante sobre a área da Saúde.

Eu que tenho esses números de mandatos sei o sacrifício que passa os hospitais filantrópicos e outros hospitais do interior que estão vivendo na garra e na luta porque não têm como administrar quando a despesa é maior do que a receita. É preciso fazer alguma coisa, essa PEC é importante, é fundamental.

Então é preciso, sim, chamar a atenção do governo e fazer com que cada um faça a sua parte para que os hospitais possam atender a população que tanto aguarda e tanto espera. Por isso, parabéns a vocês todos que prestam um relevante serviço aos hospitais filantrópicos de Santa Catarina!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito a v.exa. que em um minuto conclua o seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente, já avançamos muito e quero dizer a deputada Ana Paula Lima que não estamos aqui para defender o governo do estado nem o governo federal, mas para defender a Saúde, os hospitais filantrópicos. Esse é o nosso grande objetivo! Todos têm erros, mas preocupa-me muito o corte no Orçamento do governo federal deste ano que foi de R\$ 11,7 bilhões na Saúde. Isso nos preocupa muito!

Agora, precisamos buscar recursos dos governos estadual e federal e fazer uma ação conjunta, sem olhar pelo retrovisor do Parlamento Catarinense, e quem sabe buscar os recursos de sobra da Assembleia Legislativa, sobretudo a possibilidade de um refis que poderá acontecer ainda este ano.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, só para esclarecimento, o governo federal está em dia com o Fundo Estadual de Saúde e está em dia também com os fundos municipais.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero agradecer a oportunidade de falar em nome da nossa bancada, cumprimentar todos que nos acompanham, os representantes dos hospitais, o Parlamento Jovem e os demais que nos acompanham pela TVAL e Rádio Digital.

Tenho dois assuntos aqui para tratar sobre a grande inauguração da ponte com a presença da presidente da República, amanhã, em Laguna.

Quero falar também da grave enchente que estamos tendo neste dia de hoje, especialmente, no oeste catarinense, e os impactos disso.

Não posso deixar de falar e de trazer aqui o meu ponto de vista sobre esse debate e também algumas informações que considero importantes sobre a Saúde.

Primeiramente, gostaria de dizer que precisamos tratar com muita responsabilidade o tema do financiamento na saúde em nosso país. Tratar com responsabilidade um dos melhores sistemas de saúde do mundo, que nem os Estados Unidos têm: o Sistema Único de Saúde.

É verdade que temos problemas, reconhecemos isso, temos graves problemas de financiamento na saúde. O dinheiro não vem do nada e o sistema de saúde tem que ser financiado, tem que ter investimentos, tem que ter políticas para isso. E na minha avaliação cometemos vários equívocos nesse sentido nos últimos anos quando retiramos a CPMF e não colocamos nada no lugar.

Tivemos também outros equívocos, inclusive esta Casa aprovou que os recursos do Revigorar, no ano passado, no final do ano, que eram para os hospitais, fossem para a secretaria de Saúde usar

em outras políticas e não especificamente destinados aos hospitais.

Precisamos discutir nesta Casa o Fundo Social, que de 2005 a 2012 tirou R\$ 255 milhões da saúde. São recursos que não entram no Tesouro e não são destinados à Saúde. Isto é um grande problema para Santa Catarina. E, além disso, temos o Seitec, que é outra política que tirou da saúde, de 2005 a 2014, R\$ 178 milhões. Precisamos encarar isso, deputado Antônio Aguiar, porque se trata de um financiamento da saúde pública do nosso estado.

E também junto com isso temos todo outro problema, que os próprios hospitais colocaram na imprensa, no dia de ontem, nos últimos dias, que o estado está deixando de repassar R\$ 200 milhões aos nossos hospitais. Precisamos garantir os recursos que já estão à disposição e que acabam não vindo.

Eu quero aqui trazer rapidamente, neste pouco tempo que tenho ainda para minha fala, a grande preocupação e chamar a atenção do governador, do governo do estado, da Defesa Civil e de todas as lideranças para o grave impacto das enchentes em vários municípios do oeste catarinense, como Chapecó, Saudades, Coronel Freitas, Maravilha e outras cidades gravemente atingidas.

Então, já fizemos um apelo, hoje pela manhã, pessoalmente falando com o governador, com o secretário da Defesa Civil, solicitando o apoio aos municípios do oeste. Também quero aqui anunciar o grande ato, a grande ação que acontecerá amanhã para Santa Catarina que é a inauguração da ponte de Laguna.

Essa ponte que hoje significa um dos principais investimentos e a principal obra do sul do Brasil que vai servir a região sul do estado, do Brasil e por que não dizer do nosso Mercosul, significa desenvolvimento, melhoria da qualidade do nosso transporte, seja da produção agrícola, das indústrias, do transporte da população, do nosso turismo, enfim, o desenvolvimento de toda uma região.

Uma obra que está terminando e sendo inaugurada dentro do prazo estipulado. Essa é uma

questão inédita! E aqui precisamos, de fato, reconhecer publicamente esta decisão do governo federal, de toda a equipe do DNIT, do ex-dirigente do DNIT, o engenheiro João José dos Santos que conseguiu articular todo esse processo arquitetônico da ponte, deixa um grande legado, entre tantas outras obras e investimentos em Santa Catarina que é a ponte.

Então, com certeza, amanhã é um dia de festa para todos nós que com a inauguração de uma ponte que recebe o nome de uma grande liderança catarinense Anita Garibaldi e que também lutou tanto por Santa Catarina. Estamos extremamente realizados por mais esta conquista ao estado de Santa Catarina.

Assim, em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos agradecer à presidenta Dilma Rousseff, ao ex-presidente Lula que também teve um grande empenho nesse projeto que transforma, além da nossa ponte Hercílio Luz, num grande cartão-postal de Santa Catarina.

Infelizmente, não podemos comparar a nossa ponte Hercílio Luz que há 33 anos está fechada para tráfego de carros, e não temos previsão quando será liberada, e o custo já com a metade do investimento dessa ponte nova que tem comprimento muito maior e o seu projeto muito arrojado.

Então, trago à tribuna no dia de hoje esta notícia, esta informação, e amanhã, quarta-feira, com certeza, o dia será marcado por mais uma grande conquista para Santa Catarina. É uma ponte com um investimento de R\$ 760 milhões que possui 2.830m de comprimento.

Era isso, sr. presidente, que queria deixar registrado. E neste um minuto que me resta quero cumprimentar todas as lideranças que estão nos acompanhando no dia de hoje. Gostaria de parabenizar também os representantes de todos os hospitais por essa luta que fazem, porque o Sistema Único de Saúde é do conjunto da população brasileira, é dos trabalhadores, mas também é um sistema que muitos lutam juntos e, com certeza, vocês que estão aqui hoje fazem parte dessa batalha para atender da melhor forma possível o

nosso povo catarinense que precisa e não tem condições de pagar, um atendimento de qualidade e gratuito.

Então, contem com a nossa bancada, contem conosco nesta caminhada pelo Sistema Único de Saúde e pela qualidade de financiamento da nossa saúde.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos à Ordem do Dia.

As sras. deputadas e os srs. deputados sabem que nós já estouramos a questão do horário regimental, mas em função de ser um bom debate, tanto nesta questão das cheias do oeste, quanto na questão dos hospitais, temos que ter a sensibilidade de que são assuntos pertinentes ao estado de Santa Catarina.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0002/2015, 0052/2015, 0079/2015, 0177/2015.

A comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0156/2015.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0470/2013, de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que dispõe sobre o descarte, ambientalmente adequado, de filmes de radiografia usados no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0561/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui a Política de Desenvolvimento Regional da Bacia Leiteira da

Mesorregião do Oeste Catarinense (PDR-LEITE OESTE) e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0045/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui a Campanha Educativa para Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0173/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes, que institui o Dia Estadual do Líder Comunitário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0138/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações acerca do repasse de recursos financeiros destinados à Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo, relativo às

obras e ações cadastradas no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0139/2015, de autoria do deputado Níkolás Reis, a ser enviado ao governador e ao chefe da Casa Civil, solicitando informações acerca do valor gasto pelas Secretarias Setorial e Regional com diárias e passagens no exercício de 2014, bem como a nominata das pessoas que as utilizaram com os respectivos valores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0082/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do estado e demais autoridades, manifestando apoio para manter a delegada Karla Fernanda Bastos Miguel como responsável pela Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, no município de Rio do Sul.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, gostaria de me solidarizar com a doutora Karla, que fez e faz um trabalho de excelência à frente dessa Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, no município de Rio do Sul. Gostaríamos muito que ela

permanecesse nesta função pela qualidade do trabalho, é a comunidade que também deseja, e gostaria de subscrever esta moção juntamente com a deputada Luciane Carminatti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - O seu pedido foi acatado, eminente deputada Ana Paula Lima.

Continua em discussão.

O Sr. deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Também gostaria de me solidarizar e parabenizar a doutora Karla pelo trabalho que faz, reconheço que é uma grande profissional e tem o respeito da comunidade. Sei que momentaneamente está passando por problemas de doença na família, mas é uma pessoa fantástica, e também gostaria de externar o meu reconhecimento pelo trabalho que desempenha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0084/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao sra. Ideli Salvatti, manifestando aplauso pela indicação ao cargo na Organização dos Estados Americanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os sr. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0085/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao diretor da maternidade Carmela Dutra, manifestando aplauso

pela passagem dos 60 anos da atividade da instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os sr. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0679/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0680/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0681/2015 e 0695/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro; 0682/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0683/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0684/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0685/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0686/2015, 0687/2015, 0688/2015, 0689/2015, 0690/2015 e 0691/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0692/2015 e 0693/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0694/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0696/2015, de autoria do deputado João Amin; 0697/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0698/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0699/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0700/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0701/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica, outrossim, que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0525/2015, 0526/2015 e 0527/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0528/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0529/2015 e 0530/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0531/2015 e 0532/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0533/2015 e 0534/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0535/2015, 0536/2015 e 0537/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0538/2015 e 0539/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0540/2015, de autoria da deputada

Luciane Carminatti; 0541/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0542/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0543/2015, 0544/2015, 0545/2015, 0546/2015, 0547/2015, 0548/2015, 0549/2015, 0550/2015, 0551/2015, 0552/2015, 0553/2015, 0554/2015 e 0555/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0556/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0557/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0558/2015, 0559/2015, 0560/2015, 0561/2015, 0562/2015, 0563/2015, 0564/2015, 0565/2015, 0566/2015, 0567/2015, 0568/2015, 0569/2015 e 0570/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0571/2015, de autoria do deputado Ricardo Guidi; 0572/2015, 0573/2015, 0574/2015 e 0575/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

O presidente da comissão de Finanças e Tributação trouxe, extrapauta, um pedido para autorizar a admissibilidade de uma medida provisória.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória n. 0200/2015, que autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - Badesc - para atendimento emergencial das atividades empresarias em municípios catarinenses atingidos pela catástrofe climática ocorrida em abril de 2015 e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Na prática, trata-se de toda aquela demanda que ocorreu naquela cidade de Xanxerê e região no mês de abril. Então, precisamos votar pela admissibilidade dessa medida provisória.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Concluída a Ordem do Dia neste momento, conforme a concordância dos srs. líderes, suspenderemos a sessão para que sejam realizadas quatro manifestações, com o tempo de dez minutos cada. Ouviremos representantes do município de Rio do Campo, depois representantes do município de Maracajá, também representantes da Associação dos Hospitais do estado de Santa Catarina, e o sorteio das escolas que participarão da 20ª edição do Programa Parlamento Jovem que se realizará em novembro de 2015.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estou substituindo a liderança do PT e gostaria de pedir que também o prefeito Décio Góes possa se manifestar junto com a rainha e as princesas da 21ª Festa da Tainha, muito rapidamente. Gostaria que isso também fosse colocado em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Estamos de acordo.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença nesta Assembleia do presidente da Adepol, o delegado Ulisses Gabriel; do vice-presidente, delegado Artur José Régis Neto; do delegado regional de Tubarão André Bermudez e do delegado regional de Itajaí Angelo Fragelli, que encaminham um projeto de estudo sobre a Polícia Civil, denominado projeto Renatão, Renato Hendges. Sejam bem-vindos.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Apenas, em consideração às pessoas do oeste, do sul e do norte do estado que estão presentes aqui, gostaria de solicitar pudesse colocar em primeiro lugar a manifestação do representante da Associação dos Hospitais do Estado de Santa Catarina para que possa fazer a sua explanação. Esse é o meu pedido, com a aquiescência de todos os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Consultamos os líderes sobre a inversão da ordem das manifestações, em consideração as pessoas presentes que vieram de todas as partes do estado.

(As lideranças aquiescem.)

Suspenderemos a sessão para as manifestações já mencionadas.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.